

Os usuários da política de assistência social: um estudo a partir da realidade das classes subalternas

Carina Berta Moljo*
Janaina Aparecida Parreira**
Tamara Duarte Ramos***

Resumo

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa já finalizada que teve como objeto de estudo os usuários da política de assistência social em Juiz de Fora, buscando ultrapassar a caracterização ou perfil apresentado pelas políticas sociais. A metodologia utilizada foi qualitativa, constando de estudo bibliográfico e pesquisa de campo nos Centros de Referência de Assistência Social. Foram realizadas 60 observações participantes e 41 entrevistas em profundidade objetivando conhecer elementos centrais presentes na vida cotidiana dos sujeitos, como escolaridade, condições de trabalho, compreensão da política, e o significado da mesma em suas vidas. Dentre os aspectos analisados destacamos que o público usuário é composto majoritariamente por mulheres, com baixa escolaridade. Os principais motivos relacionados à interrupção dos estudos foram gravidez na adolescência, necessidade de se incorporar ao mercado de trabalho, mesmo que de forma informal, sendo inconciliável com os estudos. Dentro dos achados da pesquisa encontra-se a mudança do “público dos assistidos” incorporando trabalhadores que se encontram no mercado informal de trabalho, com jornadas “flexíveis, intermitentes e precárias”. Apontamos que mesmo com os avanços obtidos a partir das legislações que elevam a assistência social ao patamar de política pública, a maioria dos usuários entrevistados não a compreende como um direito.

Palavras-chave: política de assistência social; sujeitos sociais; classes subalternas; direitos sociais.

The users of the social assistance policy: a study from the reality of the subaltern classes

Abstract

The article presents the results of an already completed research that had as object of study the users of social assistance policy in Juiz de Fora, seeking to overcome the characterization or profile presented by social policies. The methodology used was qualitative, consisting of a bibliographical study and field research in the Reference Centers of Social Assistance. Sixty participant observations and 41 in - depth interviews were conducted with the purpose of knowing the central elements present in the subjects' daily lives, such as education, working conditions, understanding of politics, and the meaning of the same in their lives. Among the analyzed aspects, we emphasize that the public user is composed mostly of women, with low schooling. The main reasons related to the interruption of the studies were teenage pregnancy, the need to be incorporated into the labor market, even if informally, being irreconcilable with the studies. Among the findings of the research is the change of the "audience of the assisted" incorporating workers who are in the informal labor market, with "flexible, intermittent and precarious" days. We point out that even with the advances obtained from the legislation that elevates social assistance to the level of public policy, most users interviewed do not understand it as a right.

Keywords: social assistance policy; social subjects; subaltern classes; social rights.

Enviado em: 03/03/2019
Aprovado em: 05/06/2019

*Doutora em Serviço Social. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social/UFJF, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFJF. Pesquisadora do CNPq. Juiz de Fora, Brasil. carinamoljo@uol.com.br

**Mestre em Serviço Social. Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora, São Paulo, Brasil. E-mail: janinaufjfs2011@outlook.com

*** Mestranda em Serviço Social. Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Brasil. E-mail: tamara_jf91@hotmail.com

Introdução

O trabalho que se apresenta é produto de uma pesquisa concluída no final de 2016, intitulada: “Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS”ⁱ.

A pesquisa tinha como objetivo compreender o processamento do trabalho do assistente social nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) na relação com o Projeto Ético Político do Serviço Socialⁱⁱ, bem como, dialeticamente, conhecer os sujeitos destinatários desta política para além das caracterizações já conhecidas, ou seja, buscamos conhecer estes sujeitos no seu cotidiano, nos seus costumes, cultura e demandas apresentadas ao Serviço Social; buscando identificar a existência ou não de mudanças na vida destes sujeitos a partir do ingresso no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Para alcançar os objetivos propostos, trabalhamos de forma integrada pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, realizando 60 (sessenta) observações participantesⁱⁱⁱ com a duração de 04 (quatro) horas cada uma, e posteriormente 41 (quarenta e uma) entrevistas semi-estruturadas. As observações participantes foram realizadas em 3 CRAS e as entrevistas foram realizadas em 7 CRAS da cidade de Juiz de Fora. Tanto as observações quanto as entrevistas tinham um roteiro previamente estabelecido. Todas as questões éticas foram respeitadas, mediante a explicação dos objetivos da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos entrevistados.

O artigo que ora apresentamos encontra-se assim dividido: no primeiro ponto tratamos da Política de Assistência Social no Brasil pós Constituição Federal de 1988, retratando avanços, desafios e dificuldades para se materializar como política pública diante do ideário neoliberal. Em seguida, apresentamos os sujeitos destinatários da Política de Assistência Social, entendendo estes como sendo parte das classes subalternas partindo da análise de Yazbek (1993) e incorporando os dados qualitativos da pesquisa.

Por fim, são realizadas algumas considerações finais acerca da configuração da Política de Assistência Social na contemporaneidade, em um contexto marcado pela reestruturação produtiva, neoliberalismo e ataque aos direitos sociais, apontando os impactos para a classe trabalhadora conforme os dados expostos através da pesquisa de campo.

A política de assistência social: desenvolvimento e desafios frente ao neoliberalismo

Partimos do entendimento que as Políticas Sociais surgem como respostas às expressões da Questão Social no marco do capitalismo, sendo resultado de uma complexa, contraditória e desigual relação entre as classes sociais, na qual se expressam as tensões e os projetos de sociedade em disputa. Portanto, as políticas sociais, expressam projetos de classe, em que são condensadas as características da formação sócio-histórica de um país. Assim entendemos que para abordar a Política de Assistência Social no Brasil, é necessário sinalizar algumas destas características que influenciaram o “modo de compreender, planejar e executar” a assistência social neste país. Netto (1990) ao buscar compreender ao Golpe cívico-militar de 1964, sinaliza algumas das características da formação sócio-histórica: uma história colonial e escravista, com histórico de decisões tomadas pelo alto e exclusão das massas do poder, concentração de propriedade entre outras características marcantes do Brasil.

No caso da Política de Assistência Social, está atravessada por relações patrimonialistas, hierárquicas, autoritárias e tuteladoras^{iv}, sendo o Estado praticamente “cooptado” pela burguesia, prevalecendo práticas assistencialistas^v, ancoradas no clientelismo, no primeiro-damismo, na filantropia e na benemerência. Oliveira (2005, p. 46) compreende que “a filantropia, por exemplo, é espaço para o clientelismo, para a benemerência e para o caráter de ajuda que, por sua vez, alimenta e conforma a assistência praticada pelo “primeiro-damismo^{vi}”.

Será somente em 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal brasileira, conhecida como Constituição Cidadã, é que a assistência social^{vii} passou a integrar o tripé da seguridade social, juntamente com a previdência social e a saúde, adquirindo um status de política pública. A Constituição Federal de 1988 “reconhece a assistência social como integrante do campo da seguridade social, realiza a passagem, ainda que nos limites do texto legal, do universo das ações eventuais, para a órbita do direito e da responsabilidade do Estado” (RAICHELIS, 1998, p. 161). No entanto, neste mesmo período em que se produzem importantes avanços no âmbito das políticas sociais, a ideologia neoliberal se consolida no Brasil com o governo de Fernando Collor de Mello produzindo um enorme retrocesso. Para Behring (2009) a subordinação do país aos ditames neoliberais e as reformas desencadeadas nesse período conformam uma *contrarreforma* do Estado. A autora mostra que, paralelamente ao processo de inserção do Brasil na agenda neoliberal, ocorre a chamada crise fiscal do Estado, que nesta conjuntura, representa mudanças expressivas no direcionamento da intervenção estatal. Há uma reorientação do fundo público para as demandas do

capital, no sentido de atender os interesses do mercado em detrimento das demandas da esfera social. À vista disso, observa-se uma intensificação da disputa pelo fundo público, bem como a contenção de gastos públicos, que ocorre principalmente no âmbito dos direitos e políticas sociais. Há assim, o fortalecimento dos mecanismos de desresponsabilização da proteção social pelo Estado, em que este transfere suas responsabilidades com a área social para a sociedade civil, bem como a subordinação do orçamento das políticas sociais à política econômica. Como orientação para o desenvolvimento das políticas sociais prevalece o trinômio: privatização, fiscalização e descentralização. Além disso, a focalização das ações configura-se a grande orientação para a política social nos marcos do neoliberalismo.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) rege desde o dia 15 de outubro de 2004, instituindo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como um “um sistema público, não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira” (NOB/SUAS, 2005, p. 13).

O SUAS organiza os serviços socioassistenciais em níveis de proteção: básica e especial. Para fins deste trabalho, nos atentaremos a proteção social básica, porque nela se estrutura os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), lócus da nossa pesquisa de campo. A proteção social básica tem como objetivo “prevenir situações de riscos através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destinando-se a população que vive em situação de vulnerabilidade social [...]” (BRASIL/PNAS, 2005, p. 27).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelece uma concepção ampla sobre quem são os usuários da Política de Assistência Social, esclarecendo que constitui o público alvo cidadãos e grupos que se encontram em situações de “vulnerabilidades e riscos sociais”. Existem alguns estudos que problematizam a caracterização de “vulneráveis^{viii}” que tem como base de análise a realidade francesa, assim como as categorizações utilizadas partindo dos supostos de “integração social”, sob um viés de coesão social evocando o “risco social e a vulnerabilidade social”. Entendemos que estas categorias de análise acabam por despolitizar a questão social e as suas expressões, dificultando qualquer questionamento sobre a sua origem e superação, ou seja, despolitiza o conflito entre capital e trabalho, portanto a contradição fundamental entre as classes sociais, sendo que não contribuem de maneira substantiva para qualificar quem são de fato os sujeitos destinatários da Política de Assistência Social. Apesar disso, a Política de Assistência Social, busca se construir enquanto política pública, orientada por uma concepção ampla de

atendimento integral à família, oferecendo especificidades no serviço visando atender às principais demandas da população usuária. Diferentemente da forma em que a assistência social era operacionalizada antes de 1988, na qual os sujeitos usuários eram apenas aqueles que não conseguiam satisfazer suas necessidades através do mercado de trabalho. Desse modo, observa-se que o conceito de usuário da Política de Assistência Social é ampliado, e com isso passa a ser público alvo tanto aqueles que não conseguem ingressar no mercado de trabalho, quanto à parcela populacional que engloba o quadro de trabalhadores formais e informais, que necessitam complementar a renda através de benefícios, bem como acessar os serviços socioassistenciais. Ressaltamos que ambos compõem a classe trabalhadora, e sofrem em seu cotidiano os rebatimentos das contradições existentes na sociabilidade capitalista.

[...] observa-se que está em curso um processo complexo de redefinição do perfil dos usuários da assistência social, determinado pelas transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, que reconfiguram as relações entre trabalho e reprodução social, pressionando o Estado a ampliar suas políticas sociais para incorporar novos contingentes populacionais nos serviços e benefícios públicos (COUTO, YAZBEK E RAICHELIS, 2010, p.46).

Portanto, é importante estarmos atentos aos inúmeros rebatimentos do avanço do neoliberalismo no Brasil desde a década de 1990 para as políticas sociais e, concomitantemente, na vida dos sujeitos que vivenciam no seu cotidiano a carência de bens materiais e culturais, ou melhor, que vivenciam as diversas expressões da questão social (pauperização, desemprego, fome, violência, etc.). A regressão dos direitos sociais imposta pelo ideário neoliberal e suas *contrarreformas* iniciadas nos anos 1990 impactam diretamente os destinatários da Política de Assistência Social, por isso, torna-se tão necessário dar visibilidade a estes sujeitos e às suas formas de vivenciar a supracitada regressão.

Atualmente, o contexto brasileiro passa por transformações altamente regressivas no campo político e econômico que impactam diretamente a classe trabalhadora. Em 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff e ascensão de seu vice Michel Temer à presidência, inicia-se um governo ilegítimo, marcado por medidas que atacam diretamente as políticas sociais, como a aprovação da reforma trabalhista, que representa o desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e a reforma da previdência social, que mediante a pressão popular não conseguiu avançar, efetivamente, neste governo.

Em 2019, assume o governo brasileiro o presidente eleito em 2018, Jair Messias Bolsonaro, o qual em um curto período iniciou diversas contrarreformas no campo da previdência social e do trabalho a partir de Medidas Provisórias que sinalizam o seu comprometimento com o capital, além do ataque constante à educação.

Através da Medida Provisória 870/2019^{ix} foram extintos vários Ministérios, dentre eles um de grande importância para a população brasileira, sobretudo para a classe trabalhadora, a saber, o Ministério do Trabalho, cujas atribuições foram distribuídas para outras pastas ministeriais.

Neste governo, a reforma da previdência social é uma das principais pautas. Dentre as principais modificações^x propostas desta Emenda Constitucional está a ampliação do tempo de contribuição e o aumento da idade para fins de aposentadoria.

Ademais, as propostas^{xi} para alteração do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da assistência social, destinado às pessoas com deficiência e as pessoas idosas que estejam dentro dos critérios estabelecidos em lei - como não ter condições de prover seu sustento ou tê-lo provido por sua família, com renda familiar *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo - representam outro retrocesso. Dentre as mudanças previstas está o aumento da idade de 65 anos para 70 anos para o recebimento do valor integral (um salário mínimo). Entre os 60 e 70 anos, o governo propõem o recebimento de um valor na faixa de 400 reais.

Destacamos brevemente essas propostas de contrarreformas uma vez que entendemos que há um ataque ao conjunto de direitos da classe trabalhadora, seja para aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho formal, bem como para aqueles que dependem de benefícios assistenciais previstos na Política de Assistência Social para sobreviverem como é o caso dos idosos que recebem o BPC. Essas contrarreformas, subtraindo direitos da classe trabalhadora, desconsideram a realidade da população brasileira, em que predomina o trabalho informal, remunerações baixíssimas, diferenças substanciais entre o trabalhador rural e urbano, homem e mulher (haja vista que as mulheres possuem múltiplas jornadas de trabalho, condições de trabalho e remunerações distintas), etc. Conforme Antunes (2018) existe uma *nova morfologia do trabalho*, tendo como algumas das suas principais características a informalidade e a precarização, flexibilização, intensificação do trabalho entre outros, somados a formas de contratação denominadas como “uberização”, “pejotizados” e “zerados”.

O que estamos afirmando é que estes sujeitos destinatários da Política de Assistência Social pertencem à classe trabalhadora, sofrendo assim os rebatimentos da reestruturação produtiva,

acessam cada vez mais os serviços públicos como educação, saúde e assistência social que estão sucateados constantemente.

Todos os elementos expostos até aqui, são importantes para compreendermos a conjuntura atual, que traz rebatimentos para a seguridade social, inclusive sobre a Política de Assistência Social, tanto no que diz respeito à redução no orçamento, mudanças nos benefícios, quanto na situação das classes subalternas, que vivenciam em seu cotidiano a intensificação das refrações da questão social, ao passo que se ampliam as demandas por serviços e benefícios socioassistenciais, visto que a população sofre os impactos negativos da recessão dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Os usuários da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora

Para conhecermos os usuários da Política de Assistência Social é necessário compreendermos minimamente os fundamentos da sociabilidade capitalista, ou seja, o lugar que ocupam no modo de produção e os rebatimentos das expressões da questão social nas suas vidas. Visto que no modo de produção capitalista temos uma acumulação de riquezas nas mãos de uma minoria, e a expropriação^{xii} da força de trabalho pelo empregador/capitalista. Neste processo, os trabalhadores, que foram expropriados dos meios de produção, vendem a sua força de trabalho em troca de um salário, como forma de subsistência. Sendo assim, a força de trabalho^{xiii}, transforma-se em mercadoria. Tais circunstâncias propiciaram a instauração do modo de produção capitalista, o qual tem como pressuposto básico a separação entre trabalhadores e a propriedade das condições de concretização do trabalho. Este processo transformou “os meios sociais de vida e de produção em capital e os produtores imediatos, por outro lado, em operários assalariados” (MARX, 2013, p. 3).

Conforme Marx (2013), o modo de produção capitalista é regido pela Lei Geral de Acumulação, e na busca incessante por lucros, o capitalismo cria novas formas utilizando-se uma maior quantidade de capital constante (maquinários e tecnologias) em substituição ao capital variável (força de trabalho), provocando o fenômeno que o autor denomina de exército industrial de reserva. Com isso, uma parte significativa da população não consegue se inserir no mercado de trabalho, formando uma massa de trabalhadores desempregados.

O contexto do capitalismo na contemporaneidade é marcado por profundas mudanças em sua estrutura produtiva, tal como no âmbito de seus ideários e seus valores, que expressam o

processo de reestruturação produtiva do capital e a consolidação do ideário neoliberal, impactando diretamente a classe trabalhadora (ANTUNES, 2011).

Em um cenário marcado pela crise estrutural do capital, o capitalismo cria estratégias para superá-la que prejudicam diretamente a *classe-que-vive-do-trabalho*^{xiv}, conforme reflete Antunes (2011, p. 191): “destrói-se a força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho”, além disso, faz-se “predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental ‘sociedade do descartável’”.

E, sobretudo:

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2011, p. 47)

Ou seja, concomitante ao aumento do desemprego estrutural, está a subproletarização do trabalho, que se revela nas “formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados à “economia informal”, entre tantas modalidades existentes” (ANTUNES, 2011, p. 49). Sendo assim, os trabalhadores são submetidos às baixas remunerações e a constante instabilidade.

Portanto, grande parcela da classe trabalhadora enfrenta diversos desafios para sua subsistência, seja por pertencerem ao exército industrial de reserva, e assim, não conseguirem se inserir no mercado de trabalho, seja por sofrerem os rebatimentos da subproletarização do trabalho. Logo, este segmento necessita recorrer às políticas sociais visando à manutenção de suas condições básicas de sobrevivência, especialmente, à Política de Assistência Social.

Este cenário, associado à retração de direitos no campo da saúde e da previdência social, leva à ampliação das ações no âmbito da Assistência Social, que, como analisa Mota (2009), adquire centralidade no campo da Seguridade Social^{xv}.

Yazbek (1993) utiliza a categoria “subalterno”, referenciando-se em Gramsci, para denominar o grupo da classe trabalhadora em que se englobam os usuários da Política de

Assistência Social. A autora aponta que a subalternidade está associada à ausência de poder de mando, de decisão, de criação e de direção. Nesta construção, o Estado exerce um papel significativo nas relações de dominação, através de suas instituições políticas que visam a manutenção da ordem, através do uso da coerção e do consenso para garantir o interesse das classes dominantes. Ainda nessa análise, Yazbek aponta que ao trabalhar com a categoria classes subalternas não está eliminando a diversidade interna que existe no seu interior, muito menos os seus limites e fragilidades. Nas palavras da autora,

A categoria subalterno, legado gramsciano, por sua expressividade, e por dar conta de um conjunto diversificado e contraditório de situações de dominação, foi escolhida para nomear as classes em que se inserem os usuários das políticas sociais. [...] A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política. Neste sentido, não podemos abordar indivíduos e grupos subalternos isolando-os do conjunto da sociedade (YAZBEK, 1993, p. 17-18).

Nesse sentido, o universo no qual se inserem os sujeitos “assistidos” é:

[...] marcado pela pobreza, exclusão e subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação, pelo ressentimento, pela fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação, pela resistência e pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo (YAZBEK, 1993, p. 22).

Essas características apontadas pela autora foram claramente identificadas nas falas dos sujeitos entrevistados, que ao relatarem seu cotidiano expressaram a condição de pobreza, “exclusão” e subalternidade que vivenciam. Reafirmamos que são inúmeras as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora para garantir sua subsistência. Além disso, existem situações complexas que perpassam a vida cotidiana destes sujeitos, que extrapolam a questão da renda em si, uma vez que a pobreza não se resume apenas em uma categoria econômica.

“Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a um patamar de mínimos sociais” (Draibe, 1990), compreendido por um conjunto de bens e serviços sociais ao lado de outros meios complementares de sobrevivência, precisa ser considerado para definir as situações de pobreza. É importante ainda considerar que pobreza não é apenas uma categoria econômica, não se expressa apenas pela

carência de bens materiais. Pobreza é também uma categoria política que se traduz pela “carência de direitos, de possibilidades, de esperança” (Martins, 1991:15). Esta face da pobreza suscita novos desafios à gestão estatal dos processos de inclusão/exclusão social dos subalternos e, particularmente, à assistência social, historicamente campo dos excluídos (YAZBEK, 1993, p. 23).

A análise realizada por Yazbek foi fundamental para mostrar o caminho necessário para o conhecimento dos “assistidos” buscando desvendar os mecanismos de opressão e alienação presentes na vida cotidiana que acabam por reforçar a condição de subalternidade, exclusão e pobreza produzidas e reproduzidas na vida social.

Consideramos importante apresentar aqui algumas características dos sujeitos de nossa pesquisa, inicialmente destacamos alguns elementos que caracterizam o perfil das 41 pessoas entrevistadas. No que se refere ao sexo, 91,12% eram do sexo feminino, enquanto apenas 4,88% eram do sexo masculino, demonstrando a centralidade da mulher no acesso aos serviços e benefícios ofertados pela Política de Assistência Social. Vale ressaltar que em 2014 foi sancionada a Lei nº 13014^{xvi}, que contém alterações para a Lei nº 8.742 de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social) no que diz respeito ao pagamento dos benefícios monetários, como os benefícios eventuais, o benefício do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e aqueles referentes aos projetos de enfrentamento da pobreza; os quais devem ser pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar. Desta forma, atribui-se à mulher a responsabilidade de receber os benefícios.

Em relação à idade dos entrevistados, 21,95% possuem entre 20 e 30 anos, 31,70% entre 31 e 40 anos, 26,83% entre 41 e 50 anos, 9,76% entre 51 e 60 anos, e 9,76% com 61 anos ou mais. Conforme os dados apresentados, identificamos que o público alvo que recorre a Política de Assistência Social é relativamente jovem se considerarmos a faixa etária entre 20 e 40 anos, dado este que pode estar atrelado às dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho, bem como, os baixos salários pagos a classe trabalhadora.

Outro elemento de significativa relevância ao apresentarmos o perfil dos usuários, refere-se ao grau de escolaridade. Os dados obtidos na pesquisa revelam a dificuldade de dar continuidade aos estudos devido às condições objetivas de vida que esses sujeitos possuem. Importante destacar que nenhum dos entrevistados possuem ensino superior, 2,44% são analfabetos, 39,02% possuem entre o 1º e 5º ano do ensino fundamental, 46,34% entre o 6º e a 9º ano do ensino fundamental, e 12,2% ensino médio completo.

A falta de inserção no mercado de trabalho assim como a escassa escolaridade demonstram a falta de políticas públicas destinadas aos jovens da classe trabalhadora, seja na falta de políticas de educação sexual, falta de creches para as jovens/ adolescentes mães^{xvii}, falta de políticas para a manutenção dos jovens na escola, assim como a falta de políticas de emprego e renda destinada a esta população.

Identificamos que os principais motivos que levaram os sujeitos entrevistados a interromperem os estudos foram: ter que deixar os estudos devido à gravidez (39,02%), a dificuldade em conciliar trabalho e estudos (14,63%), e a falta de recursos financeiros para continuar estudando (12,20%). Vale ressaltar que as demais respostas também revelam a escassez de recursos materiais para subsistência e à falta de compreensão da importância de dar continuidade aos estudos, visto que os usuários apontaram: não identificar motivos para continuar estudando (12,20%); o sofrimento de agressões e *bullying* no âmbito escolar (4,88%); a falta de tempo (2,44%); a necessidade de cuidar de familiares doentes (2,44%); ter que cuidar dos irmãos mais novos (2,44%); a ausência de escola na localidade em que residia (2,44%); a opção por se dedicar à vida religiosa (2,44%). Além disso, uma das entrevistadas disse que concluiu o ensino médio e não relatou porque não continuou estudando (2,44%) e outra voltou a estudar através do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM (2,44%).

As falas a seguir nos revelam algumas destas situações:

Foi quando eu engravidei do meu primeiro filho. Aí eu parei porque tinha que trabalhar, aí eu já trabalhava e estudava a noite, aí como eu engravidei do meu menino aí não tinha ninguém pra olhar ele pra eu estudar a noite, eu trabalhava durante o dia e a noite eu ficava com ele, ele estava na creche na época. Aí depois veio mais dois né? (risos) Aí não teve mais jeito acabou (Entrevistado(a) nº 10).

Fui mãe muito cedo né? Fui mãe com quatorze anos, eu tive filho um atrás do outro, quando eu voltei a estudar eu comecei a passar necessidade, porque meu marido começou a se envolver com droga, eu tive que trabalhar, larguei o estudo. Aí eu já não tinha mais pique, depois parei, não tava aguentando mais, casa, colégio, filho e trabalho (Entrevistado(a) nº 41).

O que observamos é um elevado índice de evasão escolar, que expressa além da falha do sistema educativo, que não consegue reter os adolescentes e jovens nas escolas, a fragilidade das outras políticas sociais para este segmento, reproduzindo mais um ciclo da pobreza, destituindo de mais um direito formalmente garantido, o do acesso à educação.

Como exposto, um dos elementos que impossibilita a continuidade dos estudos está associado à necessidade de inserção no mundo do trabalho precocemente, visto a necessidade de complementar a renda familiar para fins de subsistência. Nesses casos, a oferta de bolsas para manutenção das pessoas jovens nas escolas possibilitaria menores índices de evasão escolar. Outro elemento diz respeito à maternidade precoce, que ocorre ainda na fase escolar. Como visto, uma parcela significativa das entrevistadas tornaram-se mães antes de concluírem os estudos, tendo que se dedicarem a cuidar dos filhos, e sem apoio de terceiros para cuidá-los, tornou-se difícil retornarem à escola. Vale ressaltar que as creches públicas destinam-se ao apoio pedagógico e prestam cuidados às crianças, todavia, não conseguem absorver toda a demanda existente. Ademais, muitas mulheres passam a ter que trabalhar, cuidar dos serviços domésticos e dos filhos, concomitantemente, ficando sobrecarregadas e desestimuladas a retomarem os estudos, devido às condições objetivas de suas vidas cotidianas.

Outro dado significativo da pesquisa foi a idade precoce com a qual os entrevistados começaram a trabalhar, ainda na infância, momento este que deveria ser dedicado a outras atividades, como o lazer e os estudos, porém devido às condições financeiras não tinham muitas alternativas. A maior parcela dos entrevistados, que corresponde a 43,90%, respondeu ter começado a trabalhar com até 12 anos de idade; a segunda maior parcela, que representa 29,27% dos entrevistados, começou a trabalhar entre 13 e 18 anos; 24,39% se inseriram no mercado de trabalho acima dos 18 anos; e 2,44% nunca trabalharam.

Comecei a trabalhar com uns 13 anos de idade [...] eu fui babá. Porque, assim, os meus pais passavam muita dificuldade, entendeu? Ai eu tive que dormir no emprego, trabalhar, pra poder ajudar em casa meus pais (Entrevistado(a) nº 08).

Com 9 anos eu era babá. A necessidade pra comprar um chinelinho. Comprar uma roupinha. De vez em quando pra ajudar em casa. Um chinelinho de dedo que não tinha, ganhava dos outros e punha arame, então tinha que comprar, né? (Entrevistado(a) nº 11).

Ah, eu comecei trabalhar lá na roça, lá com uns, é 10 anos já trabalhava. É, cortava cana, “panhava” o café, que a mãe da gente levava pra ajudar aí quase não dava nem pra estudar né porque a gente chegava né em casa e já tinha que ir trabalhar né, e, e eu cuidava de casa também né, porque minha mãe ficou viúva, eu tinha 7 anos quando meu pai morreu. Aí ela foi trabalhar e eu com 8 anos já tomava conta de casa (Entrevistado(a) nº 13).

Conforme os relatos citados, identificamos a presença do trabalho infantil como uma alternativa para complementar a renda da família. No entanto, nos discursos também é notório que os usuários não compreendem enquanto trabalho infantil, mas sim como uma estratégia de sobrevivência. O trabalho infantil é uma expressão da questão social que está interligada diretamente com o modo de produção capitalista, às diversas formas de exploração e com a pobreza que atinge uma grande parcela da população brasileira. A inserção precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, como analisa Antunes (2011) é uma das consequências da forma flexibilizada de acumulação capitalista, sobretudo nos países de industrialização intermediária e subordinada, como o Brasil. Nesse sentido, consideramos que: “a pobreza, produto desta sociedade desigual, é despolitizada assim como os conflitos que sua condição produz e é desqualificada enquanto questão pública, política e nacional” (ALVES; MOLJO, 2015, p. 272).

Ademais, a população que é jovem, pobre e periférica, além da inserção precoce no mercado de trabalho, vivencia uma situação de profunda exclusão, inclusive de equipamentos públicos sociais. Cassab (2009) contribui para pensarmos sobre o local que os jovens ocupam no território, ao analisar que:

[...] Esses jovens experimentam pouco a cidade e não vivem as inúmeras possibilidades que ela abre. Seu território usado é restrito, pequeno e significativamente localizado no entorno de seus bairros. Confinados em seus bairros ou em bairros de características semelhantes, esses jovens internalizam e naturalizam sua condição de jovens pobres, inclusive reproduzindo em seus discursos e práticas os mecanismos de desigualdade, distinção e diferenciação a que são submetidos (CASSAB, 2009, p. 171).

Na análise dos dados obtidos na pesquisa é importante nos atentarmos sempre para as características presentes na sociedade burguesa, que se relacionam a uma enorme desigualdade social e aos mecanismos de exploração da força de trabalho, os quais criam estratégias perversas para acumulação de capital à custa das condições precárias relegadas aos segmentos mais empobrecidos. Vale ressaltar que as classes subalternas têm seu cotidiano atravessado pela pobreza, que os levam a recorrer aos serviços assistenciais como forma de subsistência. Nesse sentido, é importante demarcar que a Política de Assistência Social, ao oferecer os “mínimos sociais”, apenas garante que os sujeitos usuários desta política tenham condições de continuarem se reproduzindo, sendo condição necessária para fazer parte do exército industrial de reserva ou dos paupérrimos “prontos para ao ingresso ao mercado de trabalho” caso sejam chamados.

No âmbito desta discussão, Yazbek (1993), embasada em Cohn, aponta que até mesmo os segmentos que integram o mercado de trabalho formal recorrem à Política de Assistência Social. Tal característica é perceptível em nossa pesquisa, ao demonstrar que 60,98% do total de entrevistados estão “empregados”, dentre estes, uma parcela de 24% está inserida no mercado de trabalho formal. Todavia, os outros 76% possuem vínculos de trabalho informal, o que demonstra as condições de precarização do mundo do trabalho que afeta grande parte da população brasileira. Além disso, 39,02% dos entrevistados não possuem emprego atualmente, o que revela os desafios enfrentados pelas classes subalternas para sua subsistência, que buscam na Política de Assistência Social uma forma de garantir seu sustento, haja vista que não possuem renda e sofrem em seu cotidiano diversas refrações da questão social de modo acirrado devido ao desemprego estrutural e a superexploração da força de trabalho.

Os dados apresentados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao primeiro trimestre de 2019, revelam que a taxa de desocupação (12,4%) teve um aumento de 0,8 pontos percentuais se comparado ao trimestre anterior, 13,4 milhões de brasileiros estão sem emprego e destes, 37,8% desistiram de continuar procurando emprego. O fato de não estarem procurando emprego pode ser em detrimento de estarem há muito tempo buscando inserção no mercado de trabalho, porém sem sucesso. A busca por emprego acaba por gerar gastos aos sujeitos, gastos esses que muitos não podem custear devido à condição que se encontram. E, por fim, 6,8 milhões de pessoas estão subocupadas, ou seja, em trabalhos informais, conhecidos por “bicos”^{xviii}.

Como analisa Antunes (2011), as metamorfoses do mundo do trabalho - que aconteceram em um contexto de crise estrutural do capital, marcado pela reestruturação produtiva - reflete na subproletarização de segmentos da classe trabalhadora e na precarização. Assim, “há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural” (ANTUNES, 2011, p. 198).

Quanto à renda dos entrevistados obtivemos os seguintes dados: 26,84% tinham renda mensal de até R\$ 300,00; 24,40% possuíam renda entre R\$301,00 e R\$ 800,00; 17,08% tinham renda acima de R\$800,00; 19,42% não possuíam fonte de renda; e 12,20% não soube informar. Neste período o salário mínimo equivalia a R\$ 788,00, o que demonstra que parte dos entrevistados tinha uma renda bastante inferior ao salário mínimo, logo, passavam em sua vida cotidiana por inúmeras privações. Vale ressaltar que 63,42% dos entrevistados recebiam o benefício Bolsa

Família, devido à situação de pobreza ou extrema pobreza^{xix}. Além disso, 4,88% dos entrevistados recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC), no valor de um salário mínimo. Também identificamos que 39,03% estavam incluídos no Programa de Segurança Alimentar para o recebimento de cestas básicas, enquanto 26,83% estavam recebendo cestas básicas de caráter emergencial, uma vez que este Programa é limitado, não dispondo de recursos suficientes para que todos os usuários que têm esta demanda sejam atendidos.

Tais condições fazem com que estes sujeitos continuem precisando recorrer à Política de Assistência Social, pois a renda que ganham não é capaz de arcar com as necessidades múltiplas que possuem, tão pouco garantir a subsistência do grupo familiar. Logo, os trabalhos nos quais se inserem não lhes dão condições de se desvincularem dos benefícios e serviços assistenciais, na medida em que, também, continuam se enquadrando nos critérios pré-estabelecidos para acessá-los. Na fala abaixo, de um dos entrevistados, podemos identificar aspectos comuns que perpassam a vida cotidiana das classes subalternas:

Olha lá em casa renda, minha filha, num é muito não, porque é meu marido não trabalha de carteira assinada, porque ele tem bronquite alérgica, ele é pintor de parede, mas ele num tem serviço fixo, quem trabalhava lá sou eu né? [...] A minha outra filha tem renda do governo, de bolsa família, essas coisa e às vezes ajuda dos outros né? Eu tinha uma patroa muito legal que às vezes passando dificuldade eles me ajuda, até hoje. E tem vez às vezes quando eu paro do serviço, agora num tô aguentando porque tô com problema sério de coluna, tô com três hérnias de disco, então às vezes quando eu saía do serviço, esse meu serviço que eu tô agora, ainda pegava uns bico de noite pra mim fazer. Que hoje você vê, hoje quase ninguém tá tendo empregado doméstico, é muita exigência hoje, é muita né de paga isso, paga aquilo, então o povo num tá querendo, uns num tem mesmo. Então chama a gente até de noite pra trabaia que eles aceita. Então a gente vai lá faz um bico e ganha uns trocado extra né? Isso ajuda um pouco (Entrevistado(a) nº 18).

Isto revela o aspecto de exploração e desigualdade dessa sociabilidade, bem como a dificuldade de romper com a condição de pobreza, subalternidade e exclusão, reproduzidos constantemente pelas formas de relações presentes no capitalismo. Cabe aqui ressaltar que, para transpor tal característica torna-se necessário superar o capitalismo.

Outro aspecto que procuramos apreender a partir das entrevistas diz respeito às mudanças que os usuários identificam em suas vidas e de seus familiares com a implementação do CRAS. Do

total de entrevistados, 82,93% afirmaram que houve mudanças, já 12,20% não relataram transformações em suas vidas a partir da inserção no CRAS, enquanto 4,88% não souberam definir.

Dentre as principais mudanças elencadas pelos entrevistados, foram mais frequentes respostas relacionadas a questões de cunho material (43,90%), visto que esta consiste numa demanda emergencial das classes subalternas, que enfrentam em seu cotidiano inúmeros desafios para a própria subsistência. Dentre estas respostas estão: acesso a benefícios (26,83%), alimentação (14,63%), possibilidade de comprar material escolar para os filhos a partir do benefício (2,44%).

A principal foi pela ajuda do Bolsa Família né!? Que melhorou um pouco a renda, que antes não tinha nada, agora pelo menos tem fixo todo mês, mesmo sendo pouco. E da cesta também, que ajudou, porque na época “tava” difícil mesmo, né!? Então quer dizer, eu recebi durante um ano, aí ajudou bem também (Entrevistado(a) nº 21).

Ah se não fosse o CRAS, eu acho que eu e meus filhos estaríamos passando fome e morando na rua (Entrevistado(a) nº 33).

Algumas respostas dos entrevistados associam as mudanças aos serviços que podem acessar através do CRAS, como a profissionalização dos filhos através de cursos oferecidos (7,32%), o acesso aos cursos ofertados pelas políticas de maneira geral (4,88%), o acesso à creche pública (4,88%) e o acompanhamento familiar (2,44%).

Igual eu te falei né? Os menino (*filhos*) fez os curso. Pra mim foi melhor, porque ajudou eles. Eles ficavam na rua, fizeram os cursim deles, acabou tendo as profissão deles (Entrevistado(a) nº 04).

Ah, o meu menino hoje adolescente de 21 anos, quando ele foi pela primeira vez assistida no programa no CRAS, que veio pra cá, depois foi pra Casa do Adolescente, da Casa do Adolescente foi pra cá, pra Guarda Mirim, depois da Guarda Mirim ele fez o Pequeno Jardineiro (*curso profissionalizante*) também tendeu, hoje trabalha e tem estudo (*a usuária dá ênfase ao dizer estudo*), estudo que é tudo na vida de uma pessoa, o estudo dele hoje ele pode escolher um emprego melhor, uma oportunidade melhor, tendeu, portanto que ele tá fazendo até faculdade pra poder e e e “engresser” na carreira que ele quer né de militar da polícia, e o outro engenheiro da construção civil, mas por causa de que? Por causa da melhoria que veio do CRAS, tendeu, naquela época tinha pra 13, 14 anos (Entrevistado(a) nº 14).

Também identificamos nas respostas dos usuários que as principais mudanças em suas vidas e de seus familiares a partir da inserção nos CRAS são derivadas das orientações e acesso a

informações (9,76%), do apoio emocional e a melhora do comportamento dos filhos através de ações socioeducativas com a equipe técnica do CRAS (4,88%), assistência psicológica (4,88%), vínculo com profissionais dos CRAS's (2,44%) e mudanças pessoais em relação ao comportamento (menos timidez para se pronunciar) (2,44%).

Melhorou muito, porque se você precisa de um documento eles te ajudam a tirar né. Então eles facilitam muito a nossa vida sabe. Eles orientam a gente a como proceder né (Entrevistado(a) nº 28).

Cabe destacar que também tivemos usuários que consideram o CRAS uma forma de “ajuda” (7,32%), alguns apontaram que houve poucas mudanças (2,44%), e um entrevistado não respondeu a questão (2,44%).

Com base nos dados expostos, pode-se constatar que as mudanças na vida dos usuários perpassam diversas esferas da vida, relacionadas à satisfação das necessidades de sobrevivência assim como mudanças que aconteceram a partir do trabalho sócio-educativo e da possibilidade de acesso aos direitos sociais, um espaço para acessarem benefícios que contribuem para terem acesso aos “mínimos sociais”, como alimentação e material escolar para os filhos; espaço onde é possível acessar cursos que possibilitam uma profissionalização e qualificação para o mercado de trabalho, gerando uma “esperança” de um futuro melhor; referência de acolhimento e acesso a informações e orientações que julgam importantes. Desse modo, podemos ressaltar a importância que o CRAS tem na vida dos sujeitos usuários que já tem inúmeros de seus direitos violados.

Quando perguntamos aos usuários dos CRAS sobre o que a Política de Assistência Social representava nas suas vidas, tivemos as seguintes respostas: 39,04% associam a Política de Assistência Social à ajuda. 26,80% destacaram os aspectos positivos da política, que permite o acesso a orientações, serviços e benefícios via CRAS. 12,20% confundem a Política de Assistência Social com o CRAS e com os profissionais de Serviço Social. 9,76% dos entrevistados não souberam responder esta questão. 4,88% ressaltaram aspectos importantes da Política de Assistência Social em uma perspectiva de direitos. 4,88% entendem que a Política de Assistência Social é insuficiente, não atende às suas necessidades. 2,44% confundem a Política de Assistência Social com questões do cenário político.

Dentre as falas que entendem a Política de Assistência Social como ajuda: “Ajuda muitas as pessoas, né. A Assistente Social me ajuda muito” (Entrevistado(a) nº 33). Isto nos remete aos

aspectos da assistência social ao longo da formação sócio-histórica brasileira, que esteve atrelada a um viés caritativo.

Dentre aqueles que destacam os aspectos positivos da Política de Assistência Social, mas ainda não a percebem como direitos, destacamos a seguinte fala:

É bom porque esclarece muita coisa pra gente, dúvidas que a gente tem em casa, situações do dia a dia, ou mesmo o que a gente leva na reunião da cesta. Até que está sendo bom (Entrevistado(a) n°37).

Nos chama a atenção o número considerável de respostas (9,76%) que desconhecem o que seria a Política de Assistência Social. Quicá mais preocupante seja que apenas 4,88% dos entrevistados ressaltaram aspectos importantes da Política de Assistência Social em uma perspectiva de direitos, mencionando a importância de melhorias a partir da identificação das necessidades da população. Isto nos leva a questionar como um direito que está garantido na lei se constitui de fato num direito susceptível de ser realizado.

Eu acho que a política precisa melhorar mais. Apesar do Bolsa Família ajudar muita família. Mas eu acho que poderia melhorar mais. Poderia procurar mais saber do povo, o que o povo tá precisando. Mas em questão aos serviços eu acho muito bom (Entrevistado(a) n° 19).

Eu acho, muito bom esses negócio de assistência social que às vezes a gente não sabe por exemplo de todos os direitos que o ser humano tem! Né? [...] ai por exemplo, igual, tem vários lugares que a gente vai, ai as pessoas nem olha pelo ,pela sua cara, não te exprica, as vezes só te passa o endereço e fala oh, é lá em tal lugar, mas não para, não te olha assim, e fala assim fulano oh, aqui cê sai daqui hoje, cê vai lá entendeu? Porque isso é um direito, porque até o trabalhador que ta ali pra ensinar os outro ele tem que ter um respeito e uma educação [...] (Entrevistado(a) n° 39).

Isto posto, identificamos que apesar dos avanços legais a partir do reconhecimento da assistência social enquanto política pública, dever do Estado em provê-la e direito daqueles para quem dela necessitar, uma parcela ínfima de 4,88% entrevistados a identificaram como um direito. Desta forma, é preciso compreender que apenas os marcos legais não são suficientes, uma vez que perduraram por décadas práticas alicerçadas no favor, patrimonialismo, e clientelismo, que necessitam ser rompidas. Portanto, faz-se necessário mudanças reais na vida dos sujeitos acompanhadas por mudanças na cultura política em uma perspectiva de direitos.

Considerações finais

Neste artigo procuramos oferecer elementos para um descortinar da realidade de vida dos sujeitos usuários da Política de Assistência Social, objetivando contribuir com o debate das classes subalternas, e verificar se o ingresso no Sistema Único de Assistência Social implicou em mudanças nas suas vidas e se a Assistência Social passou a ser compreendida como direito pelos usuários dos CRAS.

Como foi apontado pela grande maioria dos entrevistados (82,93%) houve mudanças nas suas vidas a partir do ingresso nos CRAS, sendo que as mudanças mais significativas estavam relacionadas à garantia de acesso a bens materiais, direitos sociais e serviços sociais que, por sua vez, garantem a sobrevivência das classes subalternas.

Apesar de a maioria dos usuários terem esta compreensão acerca das mudanças que ocorreram em suas vidas a partir do ingresso nos CRAS, caracterizando-as através das demandas que foram atendidas por meio deste equipamento social, como vimos, não há uma apreensão deste processo enquanto um direito socialmente conquistado.

Nesse contexto, é importante destacarmos que a ausência de uma concepção de direitos e a reafirmação de uma perspectiva do favor, contribuem para a predominância de uma consciência alienada, assim como para a manutenção de práticas clientelistas, reproduzindo a cultura do “favor”, dificultando a compreensão dos processos sociais que perpassam a institucionalização da Assistência Social enquanto política pública, como um direito social conquistado através de um longo processo de lutas sociais, que “romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

A educação enquanto ferramenta capaz de proporcionar alterações nas condições de vida dos usuários foi um dado que nos chamou bastante atenção, na medida em que 65,85% dos entrevistados expressaram o desejo de voltar a estudar se tivessem oportunidade.

É preciso que de fato exista uma intersectorialidade entre as políticas sociais, visto que, como vimos, parte dos usuários interromperam os estudos devido às condições objetivas de subsistência. Ressaltamos aqui a importância que o processo educativo tem na vida dos sujeitos, podendo contribuir para a formação de sujeitos mais críticos.

Como foi possível identificar ao longo do texto, a classe trabalhadora vivencia em seu cotidiano as refrações da questão social, que são reflexos da contradição entre capital e trabalho, onde há uma distribuição desigual da riqueza socialmente produzida. Na sociabilidade do capital, na medida em que ocorre a acumulação de riquezas nas mãos de uma minoria, também ocorre a generalização da pobreza. Portanto, podemos afirmar que a lei geral da acumulação capitalista gera “uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2001, p. 15-16). Vivemos, assim, em uma ordem social marcada por mecanismos de acumulação do capital pautados na exploração, que culminam na ampliação de níveis de subproletarização do trabalho e do desemprego estrutural.

Todavia, é importante ter clareza que as manifestações da questão social presentes na realidade social das classes subalternas somente serão eliminadas totalmente, com a superação da ordem social vigente, haja vista que: “A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo” (NETTO, 2001, p. 45).

Sendo assim, a Política de Assistência Social não consegue atender a todas as necessidades que seu público-alvo possui, tampouco saná-las, visto que implicaria em resolver as questões estruturais, que vão muito além das questões pontuais e imediatas.

Conforme, destacamos ao longo do texto, em poucos meses de governo, os direitos sociais estão sendo atacados de forma contundente pelo atual presidente. Para a população que faz uso das políticas sociais, sobretudo da Política de Assistência Social, as mudanças estabelecidas restringem ainda mais o acesso, em paralelo reduz a qualidade do que é ofertado, caracterizando um verdadeiro desmonte da seguridade social. Desta forma, na atual ordem vigente, mediante a realidade de vida das classes subalternas - marcada pela pobreza, desemprego, inserção precária no mercado de trabalho, por baixas remunerações, por ausência de condições objetivas para a continuidade dos estudos, além de outras refrações da questão social - e somado aos impactos da reforma trabalhista e previdenciária, corremos um sério risco de ter em futuro breve, o retorno de práticas assistencialistas, baseadas no favor, na tutela e na subordinação da classe trabalhadora. Por isso a necessidade de organização e mobilização da classe trabalhadora frente a esta atual conjuntura de ataque aos direitos sociais, desmantelamento das políticas públicas e avanço do conservadorismo.

Referências bibliográficas

- ALVES, Josiane Duarte Ouro; MOLJO, Carina Berta. **Apontamentos Acerca da Gestão da Criminalização da Questão Social: o cenário contemporâneo brasileiro.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 14, n. 2, p. 267 - 281, ago./dez. 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **O Privilégio da Servidão.** São Paulo Boitempo, 2018.
- BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social.** 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm> Acesso em: Nov/2017.
- BRASIL. **LEI Nº 13.014, DE 21 DE JULHO DE 2014.** Altera as Leis no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e no 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13014.htm> Acesso em: Fev/2018.
- BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME – MDS. Manual Informativo. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social/Conselho Nacional de Assistência Social, 2005.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.** Brasília, 2005.
- BEHRING, E. R. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: **SERVIÇO SOCIAL: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- CASSAB, Clarisse. **(Re) construir utopias: jovem, cidade e política, 2009. 228f.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- COUTO, Berenice R. et al (Org.). **O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. A Questão Social no Capitalismo. In: **Revista Temporalis,** Brasília, n. 3, 2001.
- MARX, K. **O Capital: Livro I.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MESTRINER, Luiza Maria. **O estado entre a filantropia e a assistência social.** São Paulo: Cortez, 2008.
- MOLJO, Carina Berta. Cultura Política e Serviço Social. In: **Revista Libertas,** Juiz de Fora, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18138>> Acesso em Jun/2019.
- MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O MITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- NETTO, J.P. **Ditadura e serviço social. Uma análise do serviço social no Brasil pós 64.** São Paulo: Cortez, 1990.

_____. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. In: **Revista Temporalis**. Brasília, n. 3, 2001.

OLIVEIRA, I. M. de. **Assistência social pós-LOAS em Natal: a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social), PUC/SP.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez; 1993.

WANDERLEY, M. B.; ARREGUI, Carola Carbajal. A vulnerabilidade social é atributo da pobreza? *Serviço Social & Sociedade*, v. 97, p. 143-165, 2009.

Notas

ⁱ Contando com o financiamento do CNPq (edital Universal, bolsa de iniciação científica e Bolsa PQ) e da UFJF (Bolsa de iniciação científica e treinamento profissional).

ⁱⁱ Neste artigo trabalharemos sobre o eixo dos sujeitos, uma vez que o eixo do Serviço Social já foi alvo de outras publicações.

ⁱⁱⁱ As equipes de observação estavam compostas por dois pesquisadores, um deles centrava a observação nos assistentes sociais e o outro pesquisador nos usuários que aguardavam nos atendimentos nos CRAS, embora a observação estivesse dirigida ao CRAS como um todo.

^{iv} Sobre cultura política e Serviço Social, conferir MOLJO (2004).

^v “O caráter assistencialista traduz-se pela ação compensatória, por uma política de convivências eleitorais e pelo clientelismo. Expande-se na esteira do favor pessoal, combinando uma ação reduzida com a necessidade de reconhecimento por parte do receptor da ajuda que está sendo prestada” (COUTO, 2008, p. 165).

^{vi} No campo da assistência social, as relações de favor, de tutela, de paternalismo e de clientelismo, se revelam a partir da utilização das relações com pessoas que ocupam cargos no âmbito político, como forma de acessar benefícios e serviços assistenciais. Expressando uma relação pautada na troca de favores, onde há uma indiferenciação do que é público e privado (OLIVEIRA, 2005). Por conseguinte, o primeiro-damismo consiste na nomeação para cargos públicos de esposas de prefeitos, governadores e até mesmo presidente, caracterizando o nepotismo. Essa ação é embasada na concepção de que a figura feminina é a responsável pelo cuidado, sobretudo das pessoas que vivenciam situações de privação socioeconômica. Desta forma, ao ocuparem cargos relacionados à assistência social reproduzem a lógica da caridade, do favor em detrimento a uma cultura de direitos.

^{vii} Em 1993 foi regulamentada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que dispõe sobre a organização da assistência social e estabelece princípios e diretrizes que reafirmam a assistência social como uma política pública sob responsabilidade do Estado.

^{viii} Conferir WANDERLEY, M. B. ; ARREGUI, Carola Carbajal . A vulnerabilidade social é atributo da pobreza? *Serviço Social & Sociedade*, v. 97, p. 143-165, 2009.

^{ix} Com essa medida provisória, os seguintes Ministérios foram extintos: Transportes, Portos e Aviação Civil; Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Esportes; Cidades; Cultura; Segurança Pública.

^x Cabe destacar que nos limites deste artigo não temos espaço suficiente para adentrar nas especificidades desta proposta de contrarreforma da previdência.

^{xi} Estas propostas estão em disputa, sendo que até o fechamento deste artigo não tinham sido aprovadas. Destacamos a importante mobilização da sociedade contra estas propostas, que se expressam, por exemplo, na Greve Geral de 14 de junho 2019.

^{xii} No modo de produção capitalista ocorre a exploração da força de trabalho, uma vez que o trabalhador vende sua força de trabalho para o capitalista, e só recebe a remuneração de parte de seu trabalho - o trabalho socialmente necessário para a produção -, enquanto outra parte deste trabalho, equivalente ao tempo excedente, não é remunerado, sendo apropriado pelo capitalista. Ou seja, o capitalista ao comprar a força de trabalho pelo valor correspondente a quantidade de trabalho socialmente necessária para sua produção e reprodução, gera as condições do excedente, a partir do momento em que o trabalho morto – o valor da força da mercadoria força de trabalho – se converte em trabalho vivo.

Portanto, a mais-valia decorre “da transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, recria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma” (MARX, 2013, p. 102).

^{xiii} Outrossim, cabe enfatizar que: “A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 2013, p. 837).

^{xiv} Esta expressão é utilizada por Antunes (2011) como sinônimo de classe trabalhadora, buscando enfatizar seu sentido contemporâneo, e também do trabalho.

^{xv} Mota (2009, p. 141) reflete que: “Instala-se uma fase na qual a Assistência Social, mais do que uma política de proteção social, se constitui num mito social. Menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre, e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social”.

^{xvi} Esta também altera a lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011 (que institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais), no que diz respeito ao pagamento dos benefícios monetários serem feitos, preferencialmente às mulheres.

^{xvii} 16 (dezesseis), dentre as 41 (quarenta e uma) entrevistadas, relataram que o fato de serem mães influenciou na interrupção dos estudos.

^{xviii} As informações mencionadas podem ser consultadas através do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): < <https://www.ibge.gov.br/>>.

^{xix} No período em que foi realizada a pesquisa, para a inserção no programa Bolsa Família as famílias deveriam encontrar-se em situação de extrema pobreza ou pobreza, assim poderiam participar do programa: todas as famílias com renda per capita de até R\$ 89,00 mensais; e as famílias com renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tivessem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Para mais informações consultar: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>>.